

BIBLIOTECA JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES

TRT4 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 4ª Região

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO

Documentos Catalogados no Período de 01/11/2021 a 30/11/2021

LEGISLAÇÃO FEDERAL

BRASIL. [Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021.](#)

Altera os Decretos-Leis nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Ministério da Economia. [Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021.](#)

Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Ministério da Economia. [Portaria nº 672, de 8 de novembro de 2021.](#)

Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. [Recomendação nº 121, de 3 de novembro de 2021.](#)

Recomenda-se aos tribunais que, na hipótese de vara especializada com competência exclusiva para determinadas matérias e jurisdição territorial igual à do tribunal, designem mais de um magistrado para nela atuar ou criem mais de uma vara com igual competência.

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. [Resolução nº 314, de 22 de outubro de 2021.](#)

Dispõe sobre a gestão dos Precatórios e das Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. [Ato nº 88, de 8 de novembro de 2021.](#)

Aprova a composição inicial do Portfólio de Iniciativas Nacionais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho de Primeiro e Segundo Grau – PE-JT, ciclo 2021-2026.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 4ª Região

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª). [Portaria nº 2.926, de 26 de outubro de 2021.](#)

Altera a Portaria nº 4.772/2008, a qual institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª). [Portaria nº 2.970, de 3 de novembro de 2021.](#)

Altera as Portarias GP.TRT4 nºs 2.516/2008 e 2.517/2008, que regulamentam a concessão de bolsas para a participação de juízes vitalícios e servidores estáveis da Justiça do Trabalho na 4ª Região em cursos de pós-graduação lato sensu.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª). [Portaria nº 3.031, de 5 de novembro de 2021.](#)

Altera a Portaria nº 4.247/2015, que dispõe sobre o Programa de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª). [Portaria nº 3.244, de 23 de novembro de 2021.](#)

Estabelece normas gerais sobre administração de materiais de consumo e bens permanentes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho. [Provimento Conjunto nº 6, de 9 de novembro de 2021.](#)

Dispõe sobre o registro e o armazenamento das audiências gravadas por meio audiovisual no âmbito do primeiro grau de jurisdição da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho. [Provimento nº 279, de 12 de novembro de 2021.](#)
Altera o Provimento nº 269, de 28.08.2019, que estabelece o Regulamento Interno da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. [Resolução nº 713, de 25 de novembro de 2021.](#)
Inclui o parágrafo único ao artigo 5º da Resolução/CFF nº 492/08, com nova redação dada pela Resolução/CFF nº 568/12, que regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada.